



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE MEDICINA – DEPARTAMENTO DE MEDICINA SOCIAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA**

LIZIANE DIAS DE SOUZA

TRANSEXUALIDADE E SAÚDE NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA

**Porto Alegre
2018**

LIZIANE DIAS DE SOUZA

TRANSEXUALIDADE E SAÚDE NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA

**Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial
para obtenção do título de
Especialista em Saúde Pública, pelo
Curso de Especialização em Saúde
Pública da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul – UFRGS.**

**Orientadora: Prof^a. Dra. Daniela Riva
Knauth**

**Porto Alegre
2018**

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todos que lutam pelos direitos humanos e pelos excluídos socialmente.

AGRADECIMENTOS

Boa parte de um trabalho de conclusão de curso resulta de esforços coletivos, de envolvimento e dedicação. Resulta também da ausência para com a família, amigos, namorada.

Destas pessoas, quem sempre vai estar no topo dos agradecimentos e compreensões é a minha mãe que sempre esteve firme e forte ao meu lado, me incentivando a estudar cada vez mais.

A professora Daniela que, ao longo da orientação, foi dedicada e compreensiva acerca das minhas muitas limitações com relação ao tema escolhido, pois este tema não era de meu conhecimento. Toda a trajetória e conhecimento adquirido devo a ela.

Agradeço aos professores que ao longo deste curso contribuíram com conhecimento para esta nova trajetória que vou trilhar após o curso. Saio dele com uma visão muito melhor e ampliada da saúde, e principalmente sobre o SUS.

E, por último, não posso deixar de agradecer às pessoas que fizeram parte destes passos acadêmicos entre a graduação e pós, pois elas fizeram parte desta caminhada que me possibilitou chegar até aqui. Hoje por diversos motivos estas pessoas não estão mais presentes comigo, mais sei de que alguma forma torcem por mim.

Desta forma, declaro toda a minha gratidão a essas pessoas que fizeram parte deste trabalho e desta caminhada. Finalizado, assim, com o meu muito obrigado.

Para passar de um lado a outro do canyon, é necessária uma ponte. A ponte é o elemento que permite conectar uma ideia a outra, um tempo a outro. Pontes e viadutos são elementos que servem para transpor os abismos das gargantas. Transportar, transitar, reduzir distâncias. Elementos que estabelecem ligações, laços. São passagens.

(FUÃO, 2001).

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo identificar como a transexualidade e saúde têm sido tratada pela literatura científica brasileira nos últimos dez anos. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica integrativa a partir das categorias teóricas apontadas neste trabalho. Foram identificados 11 artigos sobre o tema estudado. Analisando o ano de publicação, observa-se que não há uma concentração ou aumento de artigos ao longo do período estudado. Os estudos tiveram por temática: identidade transexual, representações de profissionais de saúde e acadêmicos sobre a transexualidade, das experiências e trajetórias das pessoas transexuais, atendimento e avanço das políticas públicas para transexuais. A maioria dos trabalhos centrou-se na população transexual com ênfase nas mulheres transexuais e apenas 3 incluíram população travesti. Dois estudos trabalharam como a temática é percebida pelos profissionais e estudantes da área da saúde. Não encontramos nenhum estudo publicado abordando homens transexuais. A análise dos dados permite concluir que, de acordo com os autores que trabalharam com o tema, para atender as especificidades da população transexual no que diz respeito à saúde, é necessário que as políticas públicas já existentes contemplem de forma integral as pessoas trans. Os serviços de saúde continuam a ser espaços nos quais o preconceito permanece forte com relação a esta população. Desta forma, os autores destacam a necessidade de temática ser incluída no processo de formação dos profissionais de saúde. E, apesar dos avanços que podem ser identificados em relação à inclusão da população trans nos serviços de saúde, destaca-se que esta população não pode ser percebida a partir de sua patologização.

Descritores: Transexualidade, gênero, sexualidade, identidade de gênero.

ABSTRACT

The present study aimed to identify how transsexuality and health have been treated by the Brazilian scientific literature in the last ten years. For that, an integrative bibliographical review was carried out from the theoretical categories pointed out in this work. Eleven articles were identified on the subject studied. Analyzing the year of publication, it is observed that there is no concentration or increase of articles during the studied period. The studies had the following themes: transsexual identity, representations of health professionals and academics about transsexuality, the experiences and trajectories of transsexual people, care and advancement of public policies for transsexuals. Most of the work focused on the transsexual population with an emphasis on transsexual women and only 3 included transvestite population. Two studies have worked as the thematic is perceived by health professionals and students. We found no published study addressing transsexual men. The analysis of the data allows to conclude that, according to the authors who worked on the theme, to meet the specificities of the transsexual population with regard to health it is necessary that the existing public policies comprehensively contemplate trans people. Health services continue to be spaces in which prejudice remains strong in relation to this population. Thus, the authors emphasize the need for thematic to be included in the training process of health professionals. And, despite the advances that can be identified in relation to the inclusion of the transgender population in health services, it should be noted that this population can not be perceived from its pathologization.

Descriptors: transgender, gender, sexuality, gender identity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	10
3 JUSTIFICATIVA	10
4 OBJETIVOS	12
4.1 Objetivo Geral	12
4.2 Objetivos Específicos	12
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	12
5.1 Delineamento da investigação	13
5.2 Definição do público alvo	14
5.3 Plano de coleta de dados	14
5.4 Instrumento de coleta de dados	14
5.5 Plano de tratamento e análise de dados	14
6 REVISÃO TEÓRICA	15
7 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	16
7.1 Caracterização das publicações	16
7.2 Identidade transexual	23
7.3 Representações de profissionais de saúde e acadêmicos sobre a transexualidade	25
7.4 Das experiências e trajetórias das pessoas transexuais: atendimentos e avanços das políticas públicas	26
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
9.1 Artigos Analisados	33
9.2 Referências Citadas	35

1 INTRODUÇÃO

Diz-se que corpos carregam marcas. Poderíamos, então, perguntar: onde elas se inscrevem? Na pele, nos pelos, nas formas, nos traços, nos gestos? O que elas “dizem” dos corpos? Que significam? São tangíveis, palpáveis, físicas? Exibem-se facilmente, à espera de serem reconhecidas? Ou se insinuam, sugerindo, qualificando, nomeando? Há corpos “não-marcados”? Elas, as marcas, existem, de fato? Ou são uma invenção do olhar do outro? (LOURO: 2004, 75).

Popularmente transexual é a pessoa que se reconhece com o gênero diferente ao do seu nascimento que fez ou não a cirurgia de “mudança de sexo” ou pelo processo de hormônioterapia. No ponto de vista da medicina, considera que pessoas transexuais não estão fazendo “mudança de sexo”, mas “corrigindo” seus corpos. Definindo de uma forma simplificada, pode-se dizer que transexual é quem se identifica com o gênero oposto ao do nascimento e que busca formas de produzir modificações em seu corpo para uma adequação ao gênero com o qual se identifica e deseja ser reconhecido.

Na versão 10 da Classificação Internacional de Doenças (CID 10), a transexualidade é preconizada como patologia e compõe o grupo que trata dos transtornos de preferência sexual, disforia de gênero e transtorno de identidade de gênero. Deste modo a transexualidade é definida como:

(...) “um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado” (CID10 - F 64, F64.0).

De forma bem semelhante ao estabelecido no CID 10, o Manual Diagnóstico e Estatístico das Doenças Mentais (DSM-V) define a transexualidade como disforia de gênero:

“indivíduos com disforia de gênero apresentam incongruências acentuadas entre o gênero que lhes foi designado (em geral ao nascimento, conhecido como *gênero de nascimento*) e o gênero experimentado/expresso. Essa discrepância é o componente central do diagnóstico”. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION 2013 p, 453)

Ante esta classificação há um debate que envolve organizações de saúde e médicas, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), e movimentos da sociedade civil. Como fruto deste debate, recentemente, em 18 de junho de 2018, a OMS lançou a nova Classificação Internacional de Doenças (CID 11), onde a transexualidade permanece na lista de doenças, porém não mais na categoria de doença mental e sim na lista de saúde sexual, agora no CID a transexualidade é classificada como incongruência de gênero.

Na atual sociedade a transexualidade é considerado um assunto moderno, porém desde o do século I d.C., há relatos de homens travestis que viviam como mulheres na qual chegaram a retirar o pênis, os chamados de eunucos. Outro exemplo é de Nero, imperador romano, que transformou seu escravo em mulher e casou-se com este após matar sua esposa grávida. Heliogábalo, imperador e também romano, oferecia boa parte do seu império ao médico que equipasse seu escravo com genitália feminina. Registros que datam de 1150 d.C, falam de Trotula, maior autoridade em ginecologia da época, formada pela Escola de Medicina Salerno que escreveu sobre a saúde das mulheres e que, na verdade, era um homem que se travestia de mulher para tratar mulheres.

Contudo, apesar de não ser um acontecimento novo, a transexualidade tem adquirido maior visibilidade nos últimos anos. No Brasil, o movimento social LGBTTT, personalidades (como Lea T., Laerte, entre outros) e a recente novela da Globo (A Força do Querer), tem trazido o tema para o debate do grande público. Por se tratar de um acontecimento que desafia as convenções sociais, a transexualidade é um tema complexo que envolve identidade, corpo e gênero e gera muito desacordo e precisa ser melhor compreendido.

Discutir a transexualidade não é uma tarefa simples, pois os resultados não tendem para a certeza. É um tema que deve ser tratado com delicadeza e respeito. O desafio para essa temática é muito complexo pois este campo é marcado por preconceitos e intolerâncias, e atravessado por inúmeras controvérsias. Isto evidencia a necessidade de novos estudos sobre o tema, com vistas à exploração de horizontes mais amplos.

É neste contexto que o presente estudo se insere, buscando contribuir para a sistematização e, portanto, uma melhor compreensão do que hoje sabemos sobre a transexualidade e saúde na sociedade brasileira.

2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Como a produção científica nacional tem abordado a temática da transexualidade e sua relação com a área da saúde.

3 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema deste trabalho de conclusão se deu pelo interesse de aprofundar o estudo sobre populações excluídas das relações sociais, sendo escolhida a população transexual. Tratando-se de um curso de especialização em saúde pública, vinculei os dois assuntos: transexualidade e saúde. Parto do princípio de que essa população é pouco estudada no Brasil, principalmente no que diz respeito à saúde.

Os transexuais devem ser contemplados em toda as suas dimensões e especificidades. Contudo, a maioria dos estudos limitam-se a tratar do preconceito, violência ou nome social. Alguns estudos são relacionados à saúde, porém raros estudiosos se dedicaram a estudar a população de transexuais na saúde de forma integral e transversal.

Portanto este trabalho se justifica no sentido de identificar quais os aspectos que tem sido contemplado pelos estudos, bem como aqueles que não tem sido objeto de investigação.

Com relação aos direitos no acesso à saúde, educação e lazer, nota-se uma grande resistência da sociedade contemporânea em aceitar que pessoas trans e homossexuais usufruam dos direitos garantidos pela Constituição Federal. Sabe-se que o preconceito no Brasil está enraizado na cultura e que, as pessoas trans são vistas como *anormais* e *doentes*.

Segundo Bento (2006, p. 43), “a desconstrução do caráter patologizante atribuído pelo saber oficial à experiência transexual deve começar pela problematização da linguagem que cria e localiza os sujeitos que vivem essa experiência”. Isso se consolida na Classificação Internacional de Doenças (CID), na qual o capítulo V, que trata dos transtornos mentais e comportamentais, considera a transexualidade uma patologia, ao contrário da homossexualidade. Embora, segundo Furnali e Lisboa, “os últimos 50 anos do século XX nos mostram inúmeras transformações sociais, culturais e políticas nos mecanismos de compreensão, vivência e exposição da sexualidade” (2008, p. 41).

Mesmo com estas transformações, ainda que de forma lenta, os transexuais precisam estar inseridos socialmente e serem vistos tanto na saúde quanto em outros aspectos da vida humana. Conforme a Constituição Federal de 1988, na seção II que trata da saúde, o art. 196 explica que a saúde:

(...) “é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. (CF 88, art. 196)

A saúde está garantida na constituição, indiferente de sexo, cor, raça, etnia. Esta é financiada através dos impostos que são pagos pela população. Deste modo, o atendimento deve ser garantido a todos os usuários que precisam, bem como os insumos e procedimentos que sua condição de saúde requer.

Conforme o Ministério da Saúde, através da portaria Nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, “toda pessoa tem direito ao acesso a bens e serviços ordenados e organizados para garantia da promoção, prevenção, proteção, tratamento e recuperação da saúde”. Ainda sobre a mesma portaria, no seu artigo 3º parágrafo único, afirma-se que “é direito da pessoa ter atendimento adequado, com qualidade, no tempo certo e com garantia de continuidade do tratamento”.

Além de garantir acesso à saúde, bem como ao tratamento preconizado, o atendimento de forma adequada e com qualidade, o artigo 4º parágrafo único ainda com relação a portaria 1.820 relata que:

“é direito da pessoa, na rede de serviços de saúde, ter atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude de idade, raça, cor, etnia, religião, orientação sexual,

identidade de gênero, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, de anomalia, patologia ou deficiência”.

Diante o exposto é inegável a importância de conhecer acerca do tema transexualidade e saúde, para que, os novos estudos, contemplem toda a população trans em suas especificidades minimizando as desigualdades no que tange ao acesso universal à saúde.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Analisar a produção científica nacional nos últimos 10 anos na área da saúde dos transexuais.

4.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar as principais questões que são consideradas nas pesquisas nacionais em relação à transexualidade e saúde;
- b) Averiguar as populações que são privilegiadas nos estudos científicos;
- c) Identificar as metodologias utilizadas nas pesquisas;
- d) Sistematizar os principais resultados dos estudos conduzidos no Brasil com população transexual.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para obter os resultados previstos, este estudo escolhe realizar uma revisão qualitativa da literatura científica disponível. Diante à parca produção sobre o tema, será realizada uma revisão integrativa, este é um método muito utilizado na área da saúde na prática baseada em evidência. Esta ferramenta possibilita contemplar um

maior número de produções, permitindo a inclusão de estudos teóricos e empíricos, bem como estudos que se utilizam de diferentes metodologias de investigação. A revisão integrativa é flexível e ampla com relação à revisão sistemática.

A pesquisa seguirá as etapas pré-determinadas da metodologia da revisão de literatura integrativa que compreende seis fases:

- 1ª fase elaboração da pergunta norteadora, nesta fase se define a pergunta que irá nortear a pesquisa e delimita quais estudos serão incluídos;
- 2ª fase a busca ou amostragem na literatura, que é a busca ampla dos descritores nas bases de dados;
- 3ª fase coleta de dados. Essa fase diz respeito ao método de extração de dados;
- 4ª fase análise crítica dos estudos incluídos bem como escolhas das evidências;
- 5ª fase discussão dos resultados comparar e interpretar os dados da análise;
- 6ª fase apresentação da revisão integrativa, na qual deve ser clara para que o leitor possa avaliar os resultados encontrados.

5.1 Delineamento da investigação

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica de tipo integrativa. Foram investigados as principais bases de produção científica nacional, como SciELO (Scientific Electronic Library Online) e BIREME (Biblioteca Regional de Medicina/OPS). Para a coleta dos dados foram considerados os artigos publicados no período de 2007 a 2017.

5.2 Definição do público alvo

A pesquisa tem por objeto empírico de investigação os estudos científicos que tratam da problemática da transexualidade e saúde. Serão considerados todos os artigos publicados em língua portuguesa e indexados nas principais bases de produção científico nacional.

5.3 Plano de coleta de dados

Os dados foram coletados a partir da busca nas principais bases de indexação da produção científica nacional. Para a busca foram utilizados os seguintes descritores: transexualidade, gênero, sexualidade e identidade de gênero. Foram considerados para uma primeira análise toda a produção identificada no período de 2007 a 2017.

5.4 Instrumento de coleta de dados

Para a extração dos dados da produção identificada, foi elaborado um instrumento no qual foram extraídos os seguintes tópicos: referência do artigo, tipo de pesquisa e metodologia utilizada, ano da pesquisa, população pesquisada, objetivo do estudo, variáveis consideradas e principais resultados.

5.5 Plano de tratamento e análise de dados

Os dados extraídos foram sistematizados em uma planilha eletrônica e analisados de acordo com as referências encontradas e o conteúdo. Os resultados forma apresentados a partir das categorias principais de extração definidas no estudo.

6 REVISÃO TEÓRICA

Para refletir sobre a transexualidade é imprescindível primeiro compreender os conceitos de gênero e identidade de gênero. É bastante comum a confusão de termos, como identidade de gênero e orientação sexual, para definir a transexualidade.

Gênero de acordo com Scott (1996) é um elemento:

“constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único” (SCOTT, 1996, p.11).

Partindo da premissa que gênero é uma construção social e o que define se o indivíduo é mulher ou homem vai além da sua genitália, então o que determina o gênero de um indivíduo é a forma como essa pessoa se expressa socialmente. Identidade de gênero é, portanto, a forma que a pessoa se identifica socialmente em relação ao gênero, independente do seu sexo biológico. As pessoas que possuem uma identidade de gênero que não corresponde ao seu sexo biológico são denominadas de transexuais. Enfatiza-se que a transexualidade está relacionada a identidade de gênero e não uma doença, que precisa ser tratada com medicamentos ou terapias na tentativa de reversão/cura.

Bento (2008) assinala:

“definir a pessoa transexual como doente é aprisioná-la, fixá-la em uma posição existencial que encontra no próprio indivíduo a fonte explicativa para os seus conflitos, perspectiva diferente daqueles que a interpretam como uma experiência indenitária, é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros no corpo” (BENTO p.16, 2008).

De acordo com Castel (2001), a transexualidade:

“é considerada um fenômeno complexo, em linhas gerais, caracteriza-se pelo sentimento intenso de não pertencimento ao sexo anatômico, sem a manifestação de distúrbios delirantes e sem bases orgânicas (como o hermafroditismo ou qualquer outra anomalia endócrina). (CASTEL, 2001, p.77)

O que determina um transexual é a forma como se identifica com relação a sua identidade de gênero, pois sente que seu corpo não está adequado ao seu psiquismo. Para viver de forma integral, reconhecendo seu corpo da mesma forma

que se identifica por dentro, busca formas para se adequar, seja por tratamento hormonal, seja por procedimento cirúrgico, pois esta é uma maneira de ser aceito na sociedade.

Segundo Bento (2006) transexualismo é a forma oficial de se referir as pessoas que vivem ou se identificam com o sexo oposto ao biológico. O sufixo “ismo” remete a práticas sexuais perversas, seguindo a lógica patologizante, desta forma mesmo após passar pela cirurgia de transgenitalização, o homem transexual ou a mulher transexual, nunca será um homem/mulher de “verdade”.

Bento (2008, p. 15) sugere que, (...) “transexualidade é uma expressão identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero. Essa definição confronta-se à aceita pela medicina e pelas ciências psi que qualificam como uma “doença mental” e a relaciona ao campo da sexualidade e não ao gênero”.

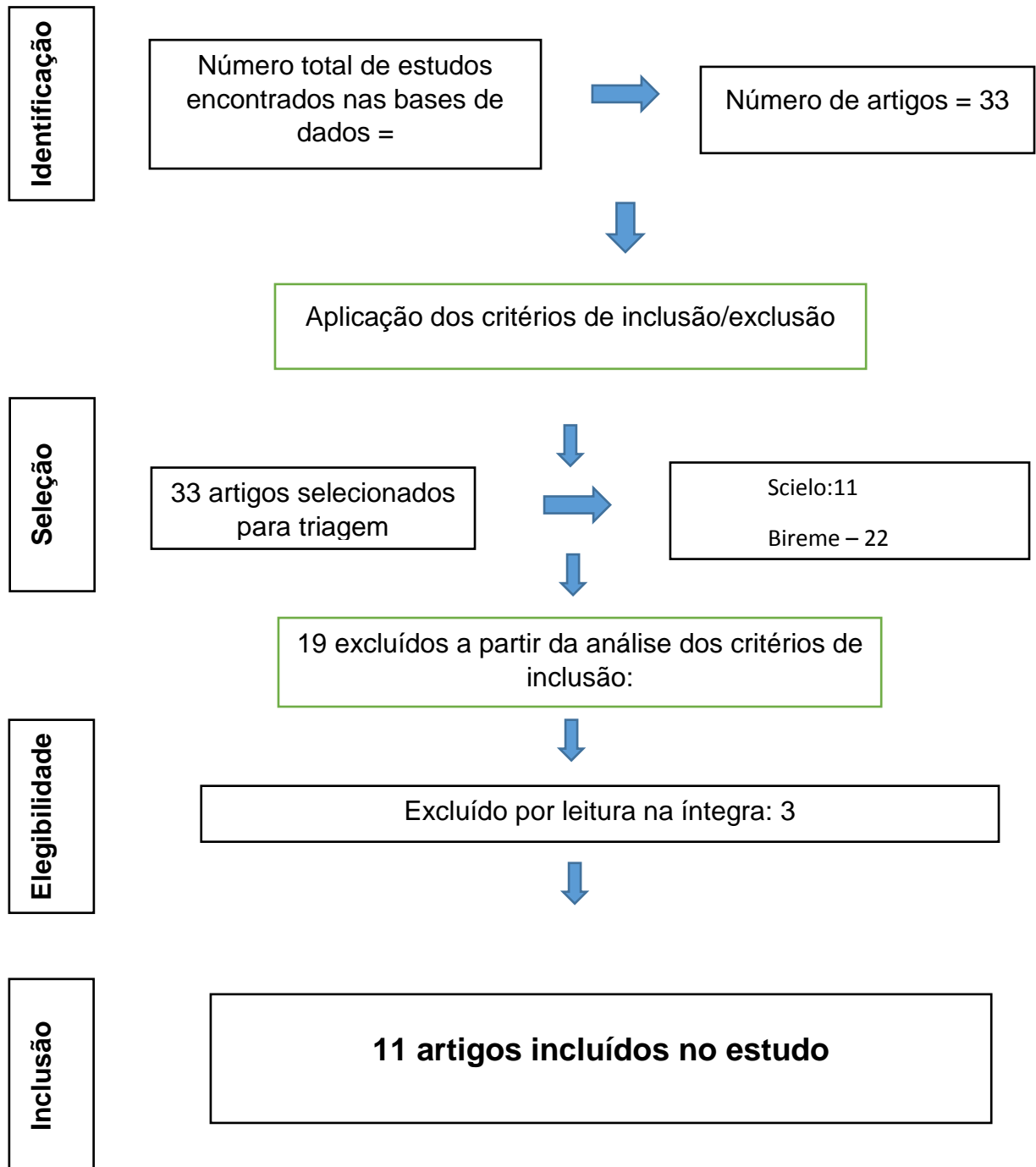
Diante do exposto que aponta para um contínuo de reflexão sobre o tema, serão debatidos no próximo capítulo os resultados encontrados na pesquisa.

7 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

7.1 Caracterização das publicações

Foram localizados no total 33 artigos publicados em periódicos indexados no período de 2007 a 2017 a partir das palavras chave de busca. Após a leitura dos resumos e títulos foram excluídos 19 artigos por não se encaixarem nos objetivos do presente estudo. Três outros artigos foram excluídos após a leitura do texto na íntegra. Desta forma a presente revisão bibliográfica integrativa contemplará 11 artigos. (Figura 1)

Figura 1 Processo de seleção da análise



O quadro abaixo apresenta de forma sintética as categorias do instrumento de análise dos artigos selecionados nesta revisão integrativa.

Quadro 1: Artigos selecionados para a revisão do estudo

Título do artigo	Periódico	Ano	Objetivo do estudo	População estudada	Metodologia	Resultados
Transexualidade: Corpo, subjetividade e saúde coletiva.	Psicologia & Sociedade; 20(1); 70-79, 2008.	2008	Discutir o atendimento a pacientes transexuais na rede pública de saúde.	16 transexuais atendidos no Hospital Universitário do Rio de Janeiro.	Pesquisa qualitativa com uso da técnica de narrativa.	<ul style="list-style-type: none"> • Importância da contribuição de serviços interdisciplinares. • O diagnóstico é um vetor de patologização; • A cirurgia de transgenitalização associada ao diagnóstico exigido pela resolução do CFM possibilitou a institucionalização deste debate na rede pública de saúde.
Atenção integral à saúde e diversidade sexual no processo transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios.	Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 19(1): 15-41, 2009.	2009	A consideração crítica dos avanços, impasses e desafios na instituição dessa política de saúde recentemente formalizada no Brasil.	Transexuais	Análise de documentos	<ul style="list-style-type: none"> • A construção de políticas públicas pressupõe a enunciação de identidades; • No entanto essas políticas não necessitam se sustentar em demandas e discursos identitários que remetem a autoafirmação e à essencialização; • O avanço no diálogo dos movimentos sociais com o ministério da saúde indica uma demanda por reconhecimento identitários, mas é uma estratégia política insuficiente para alcançar à saúde desta população; • O ideal seriam iniciativas transversais entre diferentes políticas de saúde já existentes de acordo com as especificidades de transexuais não apenas como recorte de gênero; • A desessencialização das identidades das minorias sexuais é fundamental para afirmação da sexualidade como direito e para a desconstrução de processos normatizadores sobre as condutas sexuais.
Do diagnóstico de identidade de gênero às redescrições da	Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 19(1): 15-41, 2009.	2009.	Os desafios para a gestão de políticas públicas para essa população.	Transexuais	Dados empíricos de pesquisa qualitativa em	<ul style="list-style-type: none"> • Inicialmente a assistência a transexuais no Brasil esteve associada ao modelo biomédico, mas hoje a noção de saúde integral promove a abertura para as redescrições da experiência transexual;

experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde.					saúde que atendem a população transexual; Análise da literatura sobre a genealogia do diagnóstico de identidade de gênero.	<ul style="list-style-type: none"> • Especialistas precisam ressignificar o diagnóstico de identidade de transtorno de gênero de forma a não tratá-lo como uma patologia; • Redefinir os critérios para garantir o acesso as tecnologias de redesignação sexual; • Questionamento da transexualidade enquanto uma identidade de gênero.
Representações sociais da transexualidade: Perspectiva dos acadêmicos de enfermagem e medicina.	Revista Baiana de Saúde Pública v.34, n.1, p. 101-108, jan./mar. 2010.	2010	Conhecer e discutir as representações sociais de acadêmicos de enfermagem e medicina sobre transexualidade	Acadêmicos de enfermagem e medicina.	Estudo descritivo com abordagem qualitativa. Foi aplicado questionário de evocação com perguntas abertas e fechadas.	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento acerca da temática; • Preconceito com os transexuais; • Entendem a transexualidade associada ao desequilíbrio; • Não entendem a transexualidade como uma diferente manifestação da sexualidade.
Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para pesquisa.	Textos & Contextos (Porto Alegre), v.10, n.1, p. 193-198, jan./jul. 2011	2011	Analisar a trajetória de pessoas identificadas, denominadas e diagnosticadas pelo discurso biomédico como transexuais.	Transexuais que se submeteram ao processo transexualizador há pelo menos 2 anos.	Pesquisa qualitativa de análise de trajetórias identitárias.	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o corpo como sendo um território e um operador político e resultado de processos de construção histórico-culturais múltiplos e cambiantes; • Os transexuais em vários contextos sociais, constroem seus corpos questionando a imutabilidade do sexo em diferentes contextos culturais.
Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova.	Ciência & Saúde Coletiva, 17(10): 2655-2664, 2012.	2012	Apontar como um determinado conceito de gênero pode visibilizar múltiplas expressões de gênero. Apresentar narrativas de homens trans e de	Homens e mulheres trans.	Pesquisa etnográfica.	<ul style="list-style-type: none"> • Carência de ferramentas, inclusive linguísticas, para entender as experiências trans de forma a não se colocar no campo dos distúrbios e aberrações; • As experiências trans revelam verdades construídas socialmente para o gênero, para a sexualidade e subjetividade; • Não existe uma identidade trans mas posições de identidade que se dão a partir

			mulheres trans.			dos modelos disponibilizados socialmente para definir o que é um homem/mulher.
Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde	Interface Comunicação saúde educação v.16, n.42, p.37-49, jul./set. 2012.	2012	Investigar as situações vividas por essas pessoas na busca de uma harmonia com seus corpos	Entrevista com 4 transexuais	Pesquisa qualitativa de caráter exploratório.	<ul style="list-style-type: none"> Os entrevistados reivindicam que os profissionais da psicologia estejam capacitados, a fim de não promoverem um maior desconforto, sentimento de exclusão e discriminação por conhecimento ou curiosidade, que por vezes pode gerar uma tentativa de promover a cura ou convencimento da desistência da cirurgia; É indispensável uma análise da história de cada sujeito na intenção de promover um acompanhamento psicológico, cirúrgico e de outras intervenções, respeitando o tempo e interesse de cada um; A discriminação e as pressões familiares e sociais geram sofrimento psíquico a pessoas transexuais.
Conjugalidades múltiplas nas travestilidades e transexualidades: uma revisão a partir da abordagem sistêmica e da psicologia social.	Saúde em debate, Rio de Janeiro, v.37, n.98, p. 493-503. jul./set. 2013.	2013	Conjugalidades nas experiências de travestis e de homens e mulheres transexuais.	Travestis, homens e mulheres transexuais.	Revisão de literatura.	<ul style="list-style-type: none"> Transexuais e travestis ainda enfrentam caminhos sociais dolorosos para construir suas identidades de gênero; As dificuldades na construção da identidade de gênero levam a impor normas rígidas de gênero aos parceiros/as gerando conflitos conjugais.
Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros.	Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo, 15(2), 27-44.	2014	Explorar a teoria de identidade social.	Transexuais e travestis.	Revisão teórica	<ul style="list-style-type: none"> A construção da identidade social da mulher/homem trans no contexto atual é fortemente influenciada e determinada pela relação e redes de apoio social. A percepção de si, tem estreita conexão com a maneira como a família, os pares, e os cônjuges/namorados encaram as formas de se sentir mulher/homem trans.
Processo de formação das	Ciência & Saúde Coletiva, 19(1),	2014	Identificar e analisar a estrutura das	Profissionais de saúde.	Estudo exploratório com	<ul style="list-style-type: none"> Construir ações estratégicas para a efetiva implementação das políticas públicas e sociais;

representações sociais sobre transexualidade dos profissionais de saúde: possíveis caminhos para superação do preconceito.	4545-4554, 2014.		representações sociais dos profissionais de saúde sobre transexualidade.		aplicação de questionário com 128 participantes.	<ul style="list-style-type: none"> • O termo mudança de sexo é o que aparece no núcleo central das representações sobre transexualidades; • O preconceito é referido pelos profissionais de saúde como algo que faz parte da realidade da sociedade; • Apesar dos avanços, o acesso ao sistema de saúde para pessoas transexuais ainda é precário; • É um desafio para os serviços de saúde substituir atitude normatizadora das práticas educativas por uma atitude emancipadora.
Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica.	Saúde Soc. São Paulo, v.26, n.1, p.256-270, 2017.	2017	Refletir sobre os direitos e saúde reprodutiva quando pensados para a população trans.	Travestis, transexuais e transgêneros.	Pesquisa etnográfica e análise de documentos.	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência da população trans nas práticas e nos discursos relacionados a direitos e saúde reprodutiva; • Invisibilidade nos documentos relacionados ao processo transexualizador; • A importância do discurso de direitos e de saúde reprodutiva que não produzam uma esterilidade simbólica para a população trans; • Despreparo dos profissionais para lidar com situações de saúde reprodutiva da população trans como gravidez e aborto.

Fonte: Dados do estudo.

Analisando o ano de publicação dos trabalhos, observa-se que não há uma concentração ou aumento de artigos ao longo do período estudado. A publicação nacional sobre o tema nos últimos 10 anos foi modesta, com poucos estudos e a maioria voltada para: identidade transexual, representações de profissionais de saúde e acadêmicos sobre a transexualidade, das experiências e trajetórias das pessoas transexuais, atendimento e avanço das políticas públicas para transexuais

A análise das publicações selecionadas para o estudo nos últimos 10 anos não mostra diferença quantitativa em termos de estudo com a temática da transexualidade. Ao contrário do que poderíamos esperar face a maior visibilidade deste assunto a partir da mídia, do aumento de participação nas paradas de orgulho LGBT, bem como políticas públicas específicas para essa população, não observamos um maior interesse por essa temática nas pesquisas da área da saúde coletiva.

A maior parte dos artigos publicados é em periódicos da área da saúde pública/saúde coletiva sendo dois publicados em periódicos da área da psicologia. Contudo observa-se que a área de formação de grande parte dos autores é psicologia. Esta área do conhecimento é uma das mais envolvidas nesse assunto, visto que a transexualidade até muito recentemente era classificado enquanto transtorno mental e comportamental. Podemos dar destaque ainda ao debate que vem sendo realizado por esta categoria contra a “cura gay”, bem como a despatologização. Desta forma os psicólogos estão impedidos de tratar a transexualidade e travestilidades como uma doença e/ou anomalia, bem como praticar qualquer ação que favoreça o desrespeito, preconceito como terapias de reversão da identidade de gênero. Na prática a resolução 1/2018, tem o intuito de proibir que os profissionais façam “uso de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação” contra transexuais e travestis.

Com relação à população estudada, pode-se falar que a maioria dos trabalhos centrou-se na população transexual com ênfase nas mulheres transexuais e apenas 3 incluíram população travesti. Dois estudos trabalharam como a temática é

percebida pelos profissionais e estudantes da área da saúde. Não encontramos nenhum estudo publicado abordando homens transexuais.

Em termos de metodologia dos estudos analisados, oito apresentam dados empíricos originais e três trabalham com revisão teórica e análise de documentos. Dentre os estudos que realizaram pesquisa empírica a grande maioria adotou uma abordagem de cunho qualitativo. Apenas um estudo utilizou metodologia quantitativa. Estes dados sinalizam que as áreas das ciências humanas que, em geral, se apropriam do estudo qualitativos, estão mais sensíveis a essa temática. Ao mesmo tempo, este resultado indica a dificuldade de realizar estudos quantitativos sobre o tema, possivelmente em razão da dificuldade de identificar amostras significativas desta população.

Atualmente novas metodologias têm sido utilizadas para acessar, numa perspectiva quantitativa, esta população como a metodologia de RDS (*Respondent Driven Sampling*) utilizada para pesquisar população de “difícil acesso”. No entanto os primeiros estudos no Brasil com a população trans utilizando esta metodologia foram realizados nos últimos três anos e ainda não temos publicações em periódicos na língua portuguesa acerca dos resultados destes estudos (DOURADO et. al, 2016; VERAS, 2015; DIVAS, 2016).

7.2 Identidade transexual

Os estudos que se debruçam sobre a identidade da população trans salientam que transexuais e travestis ainda enfrentam caminhos sociais dolorosos para construir suas identidades de gênero. Indicam a importância da rede de apoio, particularmente da família e dos pares, na construção desta identidade. De acordo com Silva e Cerqueira Santos (2014), a rede de apoio das pessoas transexuais e travestis em geral é enfraquecida em função do estigma e do preconceito.

Um dos aspectos centrais na construção da identidade trans são as mudanças corporais no sentido de adequação ao gênero na qual se identifica. Essas mudanças corporais vão desde mudanças não tão invasivas, como pintar unha, maquiagem, vestuário, até mudanças mais invasivas, como os tratamentos

hormonais, colocação de silicone, cirurgia de cordas vocais e a própria cirurgia de redesignação sexual. Assumir estas mudanças requer um apoio da família bem como de seus pares.

Os estudos sobre as trajetórias de pessoas transexuais e travestis também identificam a demanda pelas modificações corporais no sentido de readequação do corpo sexuado ao gênero. No entanto, alguns estudos como o de ARAN et. al, (2008) salientam que nem todas as mulheres transexuais desejam a cirurgia de transgenitalização.

Os autores destacam ainda o intenso sofrimento psíquico experienciado pelas transexuais, esse sofrimento “aparece sob a forma de tentativa de suicídio, depressão, transtornos alimentares e angustias das mais diversas formas o que é provocado não apenas pelo conflito de não pertencimento ao sexo biológico como também pelas inúmeras consequências sócias intrínsecas a essa condição” (Arán, 2008:74). De acordo com Petry e Meyer, o próprio processo transexualizador pode causar sofrimento as pessoas transexuais “ao objetivar adaptar o corpo do sujeito às regras de gênero e sexualidade socialmente estipuladas”, desconsiderando variações e desejos singulares (2011:196).

Os estereótipos de gênero e a visão da transexualidade como uma anormalidade, produz uma das maiores dificuldades nas vivências/experiências das pessoas transexuais. Afim de se adequar a esses estereótipos observa-se, de acordo com Lomando e Nardi (2013), que as pessoas transexuais e travestis impõem normas rígidas de gênero na busca de parceiros/as afetivos-sexuais, gerando constantes conflitos conjugais. De acordo com os autores, esta é uma estratégia acionada para afirmação identitária. Salientam, no entanto, a importância de desconstruir estas normas rígidas de gênero afim de não reforçar o estigma associado a identidade transexual e travesti. Os autores reforçam “o papel dos profissionais de saúde e educação no rompimento da cadeia violenta heteronorma”, de forma a proporcionar uma vida com menos sofrimento para travestis, transexuais e seus parceiros/as (2013: 502).

Os estudos de revisão teórica sobre a identidade travesti e transexual demarcam a importância de não reificar essas identidades. Enfatizam que se tratam de processos de construção de identidade agenciados no meio social no qual essas pessoas estão inseridas. Assim, portanto, não existe uma única identidade travesti e/ou transexual. Como afirma Bento “não existe uma

'identidade trans', mas posições de identidade organizadas através de uma complexa rede de identificações que se efetiva mediante movimentos de negação e afirmação aos modelos disponibilizados socialmente para se definir para que seja um/a homem/mulher de 'verdade'" (2012: 2663).

7.3 Representações de profissionais de saúde e acadêmicos sobre a transexualidade

As duas publicações (MATÃO, et. al, 2010 e SANTOS et. al, 2014) que tratam das representações dos profissionais de saúde acerca do tema transexualidade apontam um desconhecimento dos profissionais e acadêmicos da área da saúde em relação ao tema da transexualidade. A transexualidade é percebida como semelhante à homossexualidade, "mudança de sexo" e considerada um "desequilíbrio". Estas concepções refletem a classificação da transexualidade enquanto uma patologia, o que acaba sendo ensinado aos acadêmicos e profissionais da área da saúde, mas que também estão presentes no senso comum.

Os autores destacam que acadêmicos e profissionais de saúde têm ainda grande preconceito com relação aos transexuais, manifestados muitas vezes através de brincadeiras. No estudo de MATÃO et. al, foram referidos os termos "preconceito", "anormal", "conflito-sexual", "safadeza", "vergonha", "cirurgia" e "bissexual" para se referir ao tema da transexualidade. De acordo com o autor, "mesmo com toda a evolução cultural e progresso científico, ainda existe conservadorismo acerca das questões relacionadas à sexualidade, especialmente nos casos que fogem ao padrão definido como normalidade (2010: 111).

SANTOS et. al, estudando os profissionais de saúde, destaca que apesar de reconhecerem o preconceito associado à transexualidade, os profissionais não se percebem preconceituosos mas veem o preconceito como parte da sociedade. O autor chama atenção ainda que os participantes do estudo não percebem a existência de preconceito nos espaços e relações dos serviços de saúde.

Essas concepções identificadas entre acadêmicos e profissionais de saúde indicam que esses não concebem a transexualidade dentro das variações e diversidade da sexualidade e do gênero. Permanecem ainda fortemente

influenciados pelo modelo dicotômico hegemônico que separa as pessoas em dois sexos, homem e mulher, onde o termo “mudança de sexo” faz sentido.

Apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, como por exemplo o uso do nome social, os estudos analisados indicam que o acesso ao sistema de saúde para pessoas transexuais ainda é precário diante do preconceito e do desconhecimento acerca desta população. É de suma importância lembrar a carta aos usuários do SUS, publicada em março de 2006, que define que o usuário deve ser identificado pelo nome e sobrenome pelo qual prefere ser chamado, independente do registro civil, não podendo ser tratado por número, nome de doença, códigos, ou de modo desrespeitoso ou preconceituoso. Mesmo diante a carta supracitada, em grande parte das instituições de saúde ela não é cumprida.

Os estudos apontam que ainda é um desafio para os serviços, profissionais e acadêmicos de saúde é “substituir efetivamente a atitude normatizadora das práticas educativas por uma atitude emancipadora” (SANTOS, 2012: 4552)

7.4 Das experiências e trajetórias das pessoas transexuais: atendimentos e avanços das políticas públicas

Os estudos analisados que abordam as políticas públicas voltadas para a população travesti e transexual apontam que inicialmente a assistência à saúde desta população no Brasil esteve associada ao modelo biomédico. A cirurgia de transgenitalização foi um avanço importante na abertura das políticas públicas para a população transexual no Brasil, pois possibilitou a institucionalização deste debate na rede pública de saúde. De acordo com a normatização do Ministério da Saúde (BRASIL, 2008), a orientação sexual e a identidade de gênero são fatores importantes para a garantia de saúde. A inadequação entre o sexo anatômico e a identidade de gênero deve ser acolhida e tratada pelo SUS.

Os trabalhos analisados sobre o tema destacam a importância de levantar a discussão com relação à patologização das identidades de gênero travestis e transexuais no processo transexualizador do SUS. A seleção para ingresso no processo transexualizador promovido pelo diagnóstico, mesmo que a patologia por vezes seja entendida como estratégica, não tem amparo na Constituição Federal de

1988 que garante que uma patologia prévia não condiciona o acesso ao SUS. Segundo os autores a necessidade de uma categoria diagnóstica dificulta o acesso aos serviços de saúde de muitas pessoas trans que não se encaixam nos critérios diagnósticos. Arán e Murta afirmam que:

“(...) o grande desafio na regulação desta prática consiste em transitar entre a importância da normatização do acesso à saúde e o reconhecimento do sofrimento psíquico – implícitos no diagnóstico de identidade de gênero – e a necessidade da problematização da restrição da compreensão da experiência da transexualidade a partir deste diagnóstico psiquiátrico – implícitos na noção de saúde integral” (2009: 23).

De acordo a literatura, é importante a construção de políticas públicas de saúde integral no SUS para que o acesso à saúde desta população inclua também os transexuais que não desejam a cirurgia de redesignação sexual. Já para quem deseja se submeter a cirurgia seria de suma importância redefinir os critérios para ampliar o acesso destas pessoas ao SUS.

Os autores destacam a importância da criação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (Brasil, 2010) que tem o intuito de ser base para uma equidade no atendimento de saúde desta população. Nas diretrizes desta política é explicitada a necessidade de “garantir os direitos sexuais e direitos reprodutivos da população LGBT no âmbito do SUS e definir estratégias de serviços para a garantia dos direitos reprodutivos da população (BRASIL, 2010:17). No entanto segundo Angonese e Lago, a única publicação que trata sobre a temática da saúde reprodutiva da população trans, “pensar a saúde reprodutiva da população trans ainda não é uma realidade no Brasil, inclusive, porque, se pensarmos de modo geral no atendimento à saúde dessa população, suas especificidades são bastante negligenciadas e invisibilizadas” (2017: 260). O atual modelo calcado na mudança de sexo produziu uma ausência de políticas voltadas para a saúde reprodutiva da população trans. Os serviços de saúde mantêm uma certa distância deste assunto, produzindo o que as autoras denominam de “esterilidade simbólica”. Em outras palavras, as demandas reprodutivas desta população, sejam para exercer a parentalidade, prevenir ou interromper uma gravidez não planejada, são negligenciadas pelos serviços de saúde. Contudo, são experiências relatadas por pessoas transexuais nos estudos e tendem a aparecer também nos serviços de saúde.

Para atender essa população no que diz respeito aos direitos reprodutivos faz-se necessário uma política de saúde integral e transversal na qual políticas já existentes possam realmente contemplar desejos desta população, não levando apenas em consideração as questões de gênero.

Os autores enfatizam nos seus estudos, a importância da capacitação dos profissionais de saúde para que possam atender de forma integral e não preconceituosa as necessidades de saúde das pessoas transexuais.

Na reflexão sobre os limites impostos aos cuidados em saúde das pessoas transexuais a partir de uma categoria diagnóstica, a literatura sobre o tema chama a atenção para a importância de pensar no acesso à saúde desta população não restrita a uma identidade de gênero. Neste sentido, Arán e Murta (2008) referem que a noção de transexualidade tem sido utilizada de diferentes formas: como uma vivência, como incorporada às definições de sexo (homens transexuais e mulheres transexuais), como transgênero. As autoras destacam assim que, não há uma única identidade de gênero transexual. É por esta razão que a discussão tem avançado no sentido de pensar que a população transexual deve ser incluída nas políticas de saúde gerais e não de restritas a uma identidade de gênero. De acordo com Lionço, “o ideal seriam iniciativas transversais entre diferentes políticas de saúde, a fim de otimizar a implementação de ações em saúde já desencadeadas no SUS de acordo com as especificidades de transexuais” (2009: 58). Angonese e Lago afirmam que “este olhar para a universalidade, ao mesmo tempo atento para as singulares e especificidades da população trans, é fundamental para a garantia dos seus direitos e sua saúde reprodutiva” (2017: 267).

A literatura indica que o avanço na garantia dos direitos ao acesso à saúde integral da população trans necessita romper com a patologização e com a lógica binária que sustenta este modelo. O processo de cuidado em saúde dos transexuais não deve se limitar a “correção” através da cirurgia de transgenitalização, mas necessita abarcar a diversidade da experiência transexual. Como destaca Lionço, “a restrição das demandas em saúde à lógica identitária, ao invés de contribuir para a desconstrução da essencialização do binarismo de gênero e da norma heterossexual, acaba por reforçar esses discursos normativos por meio da reiteração das categorias homem e mulher” (2009: 59). Faz-se necessário, desta

forma, reconhecer a diversidade e variação das experiências subjetivas e biológicas das pessoas transexuais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada para o presente trabalho, que teve por objetivo identificar a produção científica sobre a saúde da população transexual, demonstrou a carência de estudos abordando esta temática na saúde pública. Indica também que, ao longo dos dez anos período este estipulado para seleção de artigos, a literatura não vem obtendo um aumento significativo. Outro ponto a ser levantado é que a maior parte dos estudos encontrados é com mulheres trans, poucos com travestis e nenhum estudo foi desenvolvido com homens transexuais.

No que diz respeito à saúde reprodutiva desta população, destaca-se que apenas um estudo foi encontrado. Portanto, podemos nos arriscar a pensar que esta população ainda não está sendo olhada no Brasil no ponto de vista da saúde reprodutiva, o que acaba sendo um dos impedimentos para o acesso universal à saúde, que é um direito garantido na Constituição Federal de 1988.

A partir da análise da literatura realizada, é relevante dar destaque para a importância do reconhecimento da identidade trans, não somente pela família, amigos, sociedade, mas principalmente no quesito saúde. Salienta-se a importância dos profissionais de saúde estarem capacitados e desprovidos de preconceito para o atendimento das pessoas trans, seja no atendimento para o processo transexualizador ou na saúde reprodutiva, para que este não seja um dos entraves ao acesso desta população ao sistema de saúde.

Os serviços de saúde continuam a ser espaços nos quais o preconceito permanece forte com relação a esta população. Neste sentido, existe a necessidade desta temática ser incluída no processo de formação, seja na graduação e/ou curso técnico, para que os profissionais estejam habilitados, tanto técnica como eticamente, para atender esta população. É fundamental que os atendimentos não sejam norteados pelos julgamentos do senso comum, mas que possam acolher adequadamente as demandas e especificidades da população transexual.

Levando-se em consideração os artigos encontrados, é inegável que houveram avanços muito importantes para esta população no reconhecimento de suas necessidades em saúde, onde se destaca a regulação da cirurgia de transgenitalização pelo SUS. Porém, assim como as políticas voltadas para a

população LGBTQI, o processo transexualizador de fato tem limites de implementação, sendo poucos os serviços disponíveis no país. Por outro lado, sua vinculação à patologização da transexualidade dificulta o acesso aos serviços de saúde das pessoas trans que não desejam fazer a cirurgia de mudança de sexo.

Sem estes limites exposto anteriormente o SUS poderia ser um potente instrumento de promoção à cidadania da população trans, superando seus impedimentos, podendo assim efetivar a universalização do acesso das pessoas trans de forma continuada nos serviços de saúde e não só no processo transexualizador.

Tendo em vista os argumentos apresentados, uma forma para superar esses impedimentos seria incluir os/as transexuais nas políticas já existentes, ampliando essas para contemplar esta população. O acesso à saúde não deve vir especificado de ser homens ou mulheres trans, mas ser ofertado de forma universal e transversal, atendendo pessoas, independente de sua identidade de gênero.

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou identificar alguns limites importante e que devem ganhar destaque. Um desses limites é de ter selecionado apenas artigos publicados em língua portuguesa. Talvez uma busca por outros idiomas, com o inglês, permitiria acessar outros estudos não contemplados no presente trabalho. Outro limite é ter trabalhado só com artigos publicados. Não foram analisadas teses e dissertações sobre o tema, que talvez ainda não tenham seus resultados publicados na forma de artigos.

Desta forma, mesmo diante aos limites encontrados nesta revisão bibliográfica integrativa, acredito que o trabalho acrescentou para pensar em novos estudos para abarcar a população de homens trans ainda muito invisibilizadas nas pesquisas.

O serviço social é uma profissão inserida em variadas políticas sociais, desta forma em diferentes áreas, como na educação, saúde, habitação, assistência e previdência, tendo como a questão social e suas múltiplas expressões a matéria prima do seu fazer profissional. No entanto, no processo transexualizador do SUS, este profissional acaba por atuar com os médicos (geral, cirurgiões, endocrinologista, psiquiatra), psicólogos e enfermeiros. Este profissional atuando na ponta diretamente com a população trans seria importante para a afirmação da luta

constante pela emancipação humana, apoiando a ampliação dos direitos desta população, visto a dura realidade dos mesmos. A vinculação do trabalho técnico dos assistentes sociais tem o intuito de agir no combate de toda violação de direitos e de opressão desta população, entendendo que as pessoas trans têm demandas e necessidades e que merecem respeito, dignidade e que seus direitos sejam garantidos.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

9.1 Artigos Analisados

ANGONESE, Mônica and LAGO, Mara Coelho de Souza. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. **Saude soc.** [online], vol.26, n.1, p.256-270, 2017.

ARAN, Márcia and MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redefinições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Physis* [online]. 2009, vol.19, n.1 [cited 2018-07-07], pp.15-41.

BENTO, Berenice. Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v 17 n. 10, p. 2655 – 2664, out 2012.

LIONCO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 43-63, 2009.

LOMANDO, Eduardo and NARDI, Henrique Caetano. Conjugalidades múltiplas nas travestilidades e transexualidades: uma revisão a partir da abordagem sistêmica e da psicologia social. **Saúde debate** [online], vol.37, n.98, p.493-503, 2013.

MARCIA, Arán; ZAIHAF, Sérgio; MURTA, Daniela. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 70-79, Apr. 2008.

MATÃO MEL, Miranda DB, Campos PH, Teles MNA, Mesquita LB. Representações sociais da transexualidade: perspectivas dos acadêmicos de enfermagem e medicina. *Rev Baiana Saúde Pública*. 2010;34(1):101-18.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER Dagmar Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v.10, n.1, p. 193-198, jan./jul 2011.

SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral and COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. **Interface** [online]. Botucatu, vol.16, n.42, p.637-649, 2012.

SANTOS, Adelyany Batista dos; SHIMIZU, Helena Eri and MERCHAN-HAMANN, Edgar. Processo de formação das representações sociais sobre transexualidade dos profissionais de saúde: possíveis caminhos para superação do preconceito. **Ciênc. saúde coletiva** [online], vol.19, n.11,p.4545-4554, 2014.

SILVA, Bruno de Brito e CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. **Rev. SPAGESP** [online], vol.15, n.2 p. 27-44, 2014.

9.2 Referências Citadas

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition (DSM-V). Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2013.

BENTO B. A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond;2006.

BENTO B. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense;2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Brasília, 2009.

CASTEL, P.-H. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do 'fenômeno transexual' (1910-1995). *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Associação Nacional de História ANPUH, p. 77, 2001.

FUÃO, F.F. Canyons: Avnida Borges de Medeiros e o Itaimbezinho. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

LISBOA, Thais Maes; FURLANI, Jimena. Subsídios à educação sexual a partir de estudo na internet. In: MEYER Dagmar, SOARES Rosângela. Corpo, gênero e sexualidade. Porto Alegre: Mediação, 2008. p.41.

LOURO, Guacira Lopes (2004). Um corpo estranho - ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10**. Porto Alegre: Artmed, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, v. 16, n.2. Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 1995

<https://www.nudhes.com/divas> acesso em 20 junho de 2018.

<http://bv.fapesp.br/pt/bolsas/169166/epidemiologia-global-do-hiv-e-pesquisa-de-prevencao-para-travestis-e-mulheres-transexuais-coorte/> acesso em 20 junho de 2018.